



JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.jfrs.jus.br

EDITAL

PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

NÍVEL SUPERIOR – CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EDITAL 9, de 28 de março de 2017.

A SUPERVISORA DA SEÇÃO DE PSICOLOGIA DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, com base na Instrução Normativa 34, de 24 de novembro de 2016, faz saber que estão abertas as inscrições para o processo seletivo para contratação de estagiário de nível superior, para o curso de Ciências Contábeis, para a Subseção Judiciária de PORTO ALEGRE.

I – DOS REQUISITOS

1.1. Para participar do Programa de Estágio o estudante deverá:

- a)** estar matriculado em instituição de ensino conveniada com a Justiça Federal e freqüentando, concomitantemente, pelo menos uma disciplina do curso relacionado ao estágio;
- b)** ter disponibilidade para cumprir a carga horária de 20 horas semanais no turno da tarde;
- c)** estar matriculado entre o 1º e 4º semestre, no momento da inscrição;

II – DAS VAGAS

2.1 O certame é destinado para provimento de 02 (duas) vagas e para cadastro de reserva.

2.2 Em virtude do quantitativo inicial oferecido, não haverá reserva de vagas aos candidatos com deficiência e aos negros para preenchimento imediato, ficando reservado o percentual de 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento), respectivamente, em face da classificação obtida, em atendimento à IN 34/16, relativamente ao total de vagas surgidas durante o prazo de validade deste Edital.

2.3.2. Para efeitos de reserva de vaga, consideram-se candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato da inscrição preliminar, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.3.3. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

2.3.4. Comprovando-se falsa a declaração, o candidato será eliminado da seleção e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua contratação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

2.3.5. Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação na seleção.

2.3.6. Além das vagas de que trata esse item, os candidatos negros poderão optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação na seleção.

2.3.7. Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros.

2.3.8. Os candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

2.3.9. Na hipótese de que trata o item anterior, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros.

2.3.10. Na hipótese de o candidato aprovado tanto na condição de negro quanto na de deficiente ser convocado primeiramente para o provimento de vaga destinada a candidato negro, ou optar por esta na hipótese do item 2.3.8, fará jus aos mesmos direitos e benefícios assegurados ao candidato com deficiência.

2.3.11. Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

2.3.12. Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação na seleção.

2.3.13. A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

III - DA INSCRIÇÃO

3.1 Para realizar a inscrição o estudante deverá:

3.1.1 Acessar o *site* www.jfrs.gov.br/Concursos e Estágios/Subseção de Porto Alegre e realizar o preenchimento da FICHA CADASTRAL;

3.1.2 Enviar para o email estagiosjfrs@gmail.com comprovante de semestralidade fornecido pela instituição de ensino. O semestre deverá constar de forma clara e inequívoca, sem a necessidade de contagem ou de cálculos por parte da JFRS, e deve estar em formato PDF, JPG ou BMP;

IMPORTANTE: As universidades podem estabelecer prazo de alguns dias úteis para a disponibilização de tal documentação. Recomenda-se, assim, que os candidatos solicitem com antecedência, de maneira a estarem aptos a cumprir os prazos estabelecidos no processo seletivo.

3.1.3 O preenchimento da FICHA CADASTRAL não configura a inscrição do candidato no processo seletivo, sendo **INDISPENSÁVEL** o envio do documento descrito no subitem 3.1.2;

3.2 Serão aceitas apenas as inscrições completas recebidas entre **28 de março e 18 de abril de 2017.**

3.3 O candidato receberá confirmação, por e-mail, do recebimento da inscrição em até 02 (dois) dias úteis após o envio da ficha de inscrição. Caso contrário, deverá entrar em contato com a Seção de Psicologia pelo telefone (51) 3214.9061.

3.4 O prazo para inscrição poderá ser prorrogado, a critério da JFRS.

3.5 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá enviar email para estagios@jfrs.jus.br, para que sejam tomadas as providências cabíveis com antecedência.

3.6 Na hipótese de o candidato declarar-se negro, a autodeclaração MANUSCRITA, cujo modelo encontra-se no ANEXO I deste Edital, deve ser digitalizada e enviada ao email estagios@jfrs.gov.br ou entregue na Seção de Psicologia da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, localizada no 3º Andar, Ala Leste, do edifício-sede da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, **no horário das 13h às 18h, impreterivelmente até 26/4/2017.**

3.7 A homologação das inscrições deverá ser acompanhada pelo candidato através do site da Justiça Federal (www.jfrs.gov.br).

3.8 O candidato assumirá total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com a eliminação do processo seletivo caso as mesmas não sejam verdadeiras.

IV - DAS PROVAS

4.1 Não será permitido qualquer tipo de consulta.

4.2 Os candidatos deverão apresentar-se no local da prova 30 (trinta) minutos antes do início do certame, portando documento de identidade original;

4.3 Será permitido o uso de calculadoras que realizam as operações básicas (não serão permitidas calculadoras científicas ou financeiras);

4.4 O tempo de realização da prova será de 03 (três) horas, sendo que as portas serão fechadas, impreterivelmente, no horário marcado para o início da prova.

4.5 O horário limite para acesso às dependências do local da prova será considerado quando da chegada do candidato junto à mesa de identificação.

4.6 Será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que, durante a realização das provas:

a) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;

- b) for surpreendido dando ou recebendo auxílio na resolução das provas;
- c) utilizar-se de anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta;
- d) utilizar-se de quaisquer equipamentos eletrônicos que permita o armazenamento ou a comunicação de dados e informações, **exceto calculadora**;
- e) faltar com a devida urbanidade para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes ou candidatos;
- f) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- g) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

4.7 Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao Fiscal de Sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.

4.8 Data, hora e local de realização da prova serão divulgados no *site* www.jfrs.gov.br. **A data provável de aplicação das provas é 26 de abril de 2017.**

4.9. O processo seletivo constará de uma prova objetiva, contendo 05 (cinco) questões de Matemática, 05 (cinco) questões de Raciocínio Lógico, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Informática, 03 (três) questões de Instituições de Direito, 07 (sete) questões de Contabilidade, 05 (cinco) questões de Direito Tributário; e abordará os seguintes conteúdos:

Matemática: Juros simples e compostos; taxas de juros proporcionais e equivalentes; correção monetária: conceito e indexadores utilizados (INPC, IGP-DI, IPCA-E, TR); fator de atualização monetária; regra de três simples e composta.

Raciocínio Lógico: resolução de problemas.

Língua Portuguesa: Formas de tratamento; redação oficial: normas, qualidades e documentos; emprego da crase; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; emprego de iniciais maiúsculas e minúsculas; emprego do hífen; abreviações; emprego de este, esse e aquele; pontuação.

Bibliografia: Redação Oficial – Normas e Modelos, de Adalberto José Kaspar; livros de Gramática da Língua Portuguesa.

Informática: Hardware, Sistema operacional Windows 7, Word 2003, Excel 2003, e-mail, Internet, Intranet.

Instituições de Direito: Justiça Federal; atribuições dos Juízes Federais.

Bibliografia: Cartilha “Juiz Federal”, editada pela Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul - AJUFERGS, disponível em http://www.ajufergs.org.br/docs/cartilha_ajufergs.pdf.

Contabilidade: Conceito e objeto da Contabilidade; Conceito de Patrimônio; Equação Patrimonial; Princípios e Convenções Contábeis; Pessoa Física e Jurídica; Plano de Contas; Regimes de Caixa e de Competência; Método das Partidas Dobradas; Depreciação, Amortização e Exaustão; Lançamentos Contábeis.

Direito Tributário: Imposto sobre a Renda da Pessoa Física: Conceitos básicos; Declaração Anual de Ajuste.

Bibliografia: Folheto orientativo da Receita Federal “Programa do Imposto de Renda Pessoa Física 2016”, disponível em <http://idg.receita.fazenda.gov.br/interface/cidadao/irpf/2016/arquivos-e->

[imagens/FolderIRPF2016.pdf](#);

Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – Perguntas e Respostas IRPF – 2016, disponível no sítio da Receita Federal do Brasil

em <http://idg.receita.fazenda.gov.br/interface/cidadao/irpf/2016/perguntao/irpf2016perguntao.pdf>, perguntas 001, 009, 012, 014, 026, 039, 058, 059 e 082.

V - DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 As questões de Língua Portuguesa terão peso 0,9 cada; as de Matemática, Raciocínio Lógico e Informática terão peso 1,0; as de Instituições de Direito e de Direito Tributário terão peso 1,5; e as de Contabilidade terão peso 2,0.

5.2 Somente serão considerados aprovados aqueles candidatos que tenham alcançado no mínimo 50% de acertos, ou seja, 25 pontos.

5.3 Caso haja empate na classificação final de dois ou mais candidatos, serão considerados na classificação, pela ordem, os seguintes critérios favoráveis ao estudante: a) maior número de acertos de questões de matemática e raciocínio lógico; b) possuir a maior idade.

5.4 O resultado da classificação final será publicado na página da internet (www.jfrs.gov.br) na data provável de **09 de maio de 2017**.

VI - DA CONTRATAÇÃO

6.1 A aprovação não gera o direito à contratação do estagiário, podendo ser realizada ou não, segundo a necessidade, a conveniência e a oportunidade, a critério da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, observada sempre a disponibilidade de vagas. A convocação, total ou parcial, dos candidatos aprovados obedecerá a ordem de classificação. A contratação, sem vínculo empregatício, dar-se-á com assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, o Estagiário e a entidade de ensino conveniada.

6.2 O NADH/Seção de Psicologia será a unidade responsável pela convocação dos candidatos aprovados neste processo seletivo que será feita por telefone e/ou por meio de mensagem de correio eletrônico, assim como pela publicação no *site* www.jfrs.gov.br – menu 'Concursos e Estágios'.

6.3 Documentos a serem apresentados no momento do ingresso:

a) Original e cópia dos seguintes documentos pessoais: documento de identidade, CPF, cartão bancário de conta corrente e comprovante de residência.

b) 01 (uma) fotografia 3x4;

c) Comprovante de matrícula;

d) Currículo, no formato disponível no *site* www.jfrs.gov.br, menu 'Concursos e Estágios' - 'Vagas Subseção de Porto Alegre';

e) Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo Foro da Justiça Federal e alvará de folha

corrida disponibilizado pela Justiça Estadual, dos locais de residência do candidato nos últimos 05 (cinco) anos (apenas para candidatos de 18 anos ou mais), disponíveis nos seguintes sites:

<http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>;
http://www.tjrs.jus.br/site/servicos/alvara_de_folha_corrida/.

- f) Plano de atividades, quando solicitado pela instituição de ensino conveniada;
- g) Ficha de Cadastro da Folha de Pagamento;
- h) Declaração sobre processo judicial;
- i) Declaração negativa de parentesco;
- j) Declaração negativa de atuação com advogados que atuem na Justiça Federal;
- k) **Termo de Compromisso do Código de Conduta;**

6.3.1 Os documentos listados nas alíneas de “g” a “k” estão disponíveis no site www.jfrs.gov.br, no menu ‘Concursos e Estágios’;

6.4 O candidato convocado deverá se apresentar com a documentação indicada no item 6.3 nos 03 (três) dias úteis subseqüentes à data da convocação. Após transcorrido esse prazo, o candidato será considerado desistente do processo seletivo.

6.5 No caso do candidato convocado não atender ao disposto no item anterior ou, se atender, recusar a vaga, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

6.6 O candidato que atender à convocação comprometer-se-á a providenciar a assinatura do termo de compromisso junto à instituição de ensino e iniciar o estágio na data informada pelo Núcleo de Gestão Funcional.

6.7 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários.

VII - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

7.1 O processo seletivo terá validade de 06 meses, a contar da data de divulgação da homologação do resultado na Internet, no endereço www.jfrs.gov.br, menu ‘Concursos e Estágios’, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A inscrição do candidato implica aceitação das normas da presente seleção contidas neste Edital e no Regulamento do Programa de Estágio da Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

8.2 A jornada de atividade em estágio será de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 04 (quatro) horas diárias, no turno da tarde, sem prejuízo das atividades discentes.

8.3 O estágio será desenvolvido na sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre, localizada na Rua Otávio Caruso da Rocha nº 600, Bairro Praia de Belas.

8.4 O estudante fará jus à bolsa de estágio mensal, no valor de R\$ 833,00 (oitocentos e trinta e três reais); ao auxílio-transporte fixado em R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), por dia efetivamente estagiado; a seguro contra acidentes pessoais e à obtenção de Declaração de Realização de Estágio, ao final do estágio, fixados nos termos da Lei nº 11.788/2008, Resolução 208/2012 do CJF e IN 34/2016 do TRF da 4ª Região.

8.5 O servidor público poderá participar de estágio desde que cumpra, no mínimo, 20 horas semanais de trabalho na unidade em que estiver lotado ou em exercício.

8.5.1 A hipótese prevista no item 8.5 somente se aplicará à modalidade de estágio obrigatório definido como tal no projeto do curso.

8.5.2 O estagiário não terá direito ao auxílio financeiro e ao auxílio-transporte dos quais trata o art. 12 desta Instrução Normativa.

8.6 O estágio terá duração máxima de 02 (dois) anos.

8.7 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pelo *site* da Justiça Federal do Rio Grande do Sul (www.jfrs.gov.br) o andamento do processo seletivo de forma a conhecer e atender o cumprimento dos prazos indicados neste edital e nas demais publicações referentes a esta seleção.

8.8 Os casos omissos serão dirimidos com a apresentação de requerimento escrito dirigido ao Diretor da Secretaria Administrativa.

ANEXO I

AUTODECLARAÇÃO

(candidato autodeclarado preto ou pardo)

Eu, _____, abaixo assinado, de nacionalidade _____, nascido em ___/___/_____, no município de _____, estado _____, filho de _____ e de _____, estado civil _____, residente e domiciliado à _____ CEP nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida em ___/___/_____, órgão expedidor _____, CPF nº _____ declaro, sob as penas da lei, que sou () **preto** () **pardo**. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do declarante

Assinatura do responsável (se o declarante for menor de idade)

*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade Ideológica

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



Documento assinado eletronicamente por **Ivana Klafke Sperb, Supervisora da Seção de Psicologia**, em 28/03/2017, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **3526986** e o código CRC **279F1051**.